

APONTAMENTOS SOBRE EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS FEMININAS DE MIGRAÇÕES E TRABALHO

Apuntes sobre experiencias femeninas contemporáneas de migra-
ciones y trabajo

Notes on feminine contemporary experiences of migration and
work

RESUMO

A *feminização das migrações* foi compreendida, nos últimos anos, como uma das principais tendências do século XXI. O objetivo deste artigo é investigar tal processo, dando relevância para as conexões possíveis de serem estabelecidas com o conjunto da reprodução social. Para isso, consideramos as trajetórias de mulheres bolivianas que se inseriram em oficinas de costura na cidade de São Paulo. As experiências femininas de migração podem ser compreendidas como conteúdo concreto da crise contemporânea de reprodução do capital que se desdobra, simultaneamente, em crise do trabalho e da reprodução.

Palavras-chave: feminização das migrações, crise do trabalho, migração boliviana.

RESUMEN

La *feminización de las migraciones* fue comprendida, en los últimos años, como una de las principales tendencias del siglo XXI. El objetivo de este artículo es investigar dicho proceso, resaltando las posibles conexiones con el conjunto de la reproducción social. Para ello, consideramos las trayectorias de mujeres bolivianas que se insertaron en talleres de costura en la ciudad de São Paulo. Se comprenden las experiencias femeninas de migración como contenido concreto de la crisis contemporánea de reproducción del capital que se despliega simultáneamente en crisis del trabajo y de la reproducción.

Palabras-clave: feminización de las migraciones, crisis del trabajo, migración boliviana.

Clara Lemme Ribeiro

Programa de Pós-graduação em
Geografia Humana (PPGH) da
FFLCH/USP

claralemme@gmail.com

Artigo recebido em:

09/01/2019

Artigo publicado em:

26/01/2019

ABSTRACT

Over the last years, the feminization of migrations has been considered one of the main social trends of the 21st century.

The present paper investigates this process, underlining possible connections with social reproduction as a whole, through the analysis of Bolivian female migration trajectories. Feminine migratory experiences can be understood as a concrete content of the contemporary crisis of capital reproduction that simultaneously unfolds as a crisis of labor and reproduction.

Keywords: feminization of migrations, labor crisis, Bolivian migration.

Introdução

Nos últimos anos, a migração de mulheres nos mais variados contextos tornou-se objeto frequente de pesquisas, relatórios e políticas públicas, que contemplaram a novidade aparente da alta presença de mulheres migrantes, o “pioneirismo feminino” nas migrações e a formação de processos migratórios majoritariamente de mulheres, por um lado, e questões femininas presentes em quaisquer contextos migratórios, como a violência de gênero, a maternidade migrante e o acesso à saúde da mulher, por outro.

Os estudos pioneiros sobre a participação das mulheres em processos migratórios internacionais apareceram na década de 1990, formando o campo da chamada *feminização das migrações* (HERRERA, 2012; ROSAS, 2013; MALLIMACI, 2014), que dizia respeito à migração de mulheres latino-americanas (sobretudo bolivianas, peruanas, equatorianas e colombianas) para trabalhar em empregos de cuidado (*care*) com crianças e idosos em diversos países da Europa (HER-

RERA, 2013). Estes primeiros estudos foram criticados pela “presença seletiva” de certos tipos de mulheres, isto é, pela consideração apenas daquelas que haviam migrado sozinhas, sendo pioneiras nos seus grupos familiares, cujas famílias permaneciam na origem sendo sustentadas pelas remessas enviadas pelas migrantes (HERRERA, 2012), porque ao falar quase que exclusivamente destes processos migratórios “feminizados” – aqueles considerados pela perspectiva da feminização das migrações – acabavam por obscurecer a presença de mulheres em outros contextos que não correspondiam às mesmas características (ROSAS, 2013; MALLIMACI, 2014).

Assim, abriu-se um novo campo dentro dos estudos migratórios dedicado ao estudo da presença feminina e das questões daí decorrentes¹. O conceito de feminização das migrações se popularizou e passou a ser compreendido amplamente como as transformações quantitativas e/ou qualitativas provocadas pela participação de

1 - Hondagneu-Sotelo et al. (2011) consideram que o campo teórico das migrações femininas pode ser dividido em quatro grandes grupos: aqueles baseados nos estudos de gênero e que buscam aportar suas próprias contribuições a este campo; aqueles focados em trabalho e empregos domésticos e de cuidado; aqueles baseados nas teorias da sexualidade e *queer*; e aqueles focados em redes de tráfico de pessoas e prostituição.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

2 - Realizado no contexto de nossa pesquisa de mestrado (RIBEIRO, 2019).

3 - Microdados compilados e analisados pelo Observatório das Migrações em São Paulo do Núcleo de Estudos Populacionais da Universidade Estadual de Campinas (NEPO-UNICAMP). Disponível em: <<https://unicamp-arcgis.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/c03c080c11c74eb091e03b1098ba4530>>. Acesso em: 13/01/2018.

mulheres em um determinado processo migratório (PERES, 2012). O aumento significativo da presença feminina nas migrações e, especialmente, a migração de mulheres sozinhas ou “pioneiras” em relação ao grupo familiar passou a ser considerada uma das principais tendências das migrações internacionais no século XXI (ILLES E PLAZA, 2005).

Os debates levantados pelo campo de estudos da migração feminina nos permite fazer perguntas importantes sobre os processos sociais de maior escala que incidem concretamente sobre a vida das mulheres que migram. Em primeiro lugar, se a chamada feminização das migrações diz respeito somente ao que acontece com as mulheres ou, inversamente, se também indica o que acontece com o emprego masculino e os papéis assumidos por homens e mulheres dentro das suas famílias – como aponta Rosas (2013), a migração de mulheres naquele processo migratório se relacionava ao desemprego masculino na origem, causando rupturas internas às famílias. Ao mesmo tempo, é possível entrever, nesse contexto, um esgotamento dos empregos considerados masculinos simultaneamente a um aumento dos empregos considerados femininos, fomentando essa aparente inversão de papéis. Seguindo a mesma pista, podemos ainda estender a pergunta ao fenômeno chamado por Saskia Sassen (2003) de *feminização da sobrevivência*, questionando quais são os processos sociais mais amplos que parecem ter empurrado a

responsabilidade sobre a sobrevivência familiar dos homens para as mulheres.

O objetivo deste artigo é, a partir destas perguntas, investigar os processos que são compreendidos hoje como feminização das migrações e feminização da sobrevivência, não só a partir do que acontece concretamente com as mulheres que migram, mas, também, dando relevância para as conexões possíveis de serem estabelecidas com o conjunto da reprodução social.

Para isso, partiremos de um estudo do processo migratório de bolivianos para a cidade de São Paulo com inserção em pequenas oficinas de costura irregulares², no qual houve um aumento vertiginoso da presença feminina: em 1992, havia 26% de mulheres e, em 2007, 44% (CYMBALISTA E XAVIER, 2007); em 2010, havia quase 46%, segundo dados do Censo do IBGE³. Investigaremos os papéis desempenhados pelas mulheres dentro das oficinas de costura e, portanto, do processo migratório como um todo.

Migração boliviana para as oficinas de costura

O processo migratório de bolivianos para São Paulo, inseridos na indústria da confecção, começa entre fins da década de 1980 e começo dos anos 1990. Foram imigrantes coreanos que já estavam envolvidos desde antes com o setor de vestuário que começaram a empregar bolivianos como costureiros, como registrou Freitas (2009),

ao mesmo tempo em que investiam no comércio e distribuição de roupas, sobretudo em bairros como o Bom Retiro. Segundo a autora, nesse processo, os antigos donos coreanos das oficinas de costura foram transferindo a propriedade das mesmas para os bolivianos, que hoje são donos da maior parte delas.

Atualmente, essas oficinas de costura sustentam grande parte da indústria de confecção paulistana. Os costureiros empregados podem ser familiares próximos dos donos (filhos, pais, irmãos), mais distantes (tios, sobrinhos, primos, cunhados) ou não familiares. As jornadas diárias de trabalho duram, em geral, de 7h às 22h durante a semana, de 7h a 12h ou 13h aos sábados, com folga aos domingos. Antes do início de um determinado serviço, é acordado com o costureiro o preço de cada peça costurada, que pode variar com o tipo de máquina e de peça. Os acordos de trabalho incluem, na grande maioria das vezes, moradia na oficina de costura e alimentação nos horários de trabalho.

Em grande parte das pesquisas sobre o processo migratório de bolivianos para São Paulo, este foi compreendido no marco de um processo de reestruturação produtiva do setor de confecção paulistano, em que as marcas de roupa descentralizaram e terceirizaram a produção como forma de reduzir custos e maximizar lucros diante da crise que abateu o setor durante a década de 1990 (SILVA, 2008; MONTERO, 2014), que coaduna com o enquadra-

mento jurídico das formas de emprego da costura como *trabalho análogo ao de escravo* (LIEUTIER, 2010)⁴. Outras pesquisas lidaram com a questão da migração de bolivianos para a costura como agência (FREITAS, 2014) – isto é, dando relevância para o migrante como agente da própria trajetória – e através da perspectiva da produção de consentimento (MIRANDA, 2017) – considerando que dentro do trabalho da costura há aspectos consentidos e não consentidos.

Com o aumento da presença feminina no processo migratório de bolivianos para São Paulo e a expansão dos estudos sobre a migração de mulheres de maneira geral, a experiência feminina e o papel das mulheres dentro das oficinas de costura também ganhou relevância na literatura sobre o tema. Danielle Rezera (2010) discutiu a relação com o trabalho das mulheres residentes na cidade entre 1980 e 2010, localizando a precarização e a responsabilização de mulheres e jovens pelo sustento da família. Táli Almeida (2013) pesquisou as trajetórias de mulheres latino-americanas em São Paulo, empregadas na costura e no trabalho doméstico. Para ela, também há uma precarização do trabalho e uma vulnerabilização das migrantes. Através de um *survey* focado na experiência laboral de mulheres bolivianas na costura, Veiga e Galhera (2016) identificaram, por sua vez, a divisão de gênero das tarefas internas à oficina de costura e as diferenças de remuneração de acordo com diversos fatores.

4 - Para uma crítica dessas perspectivas, cf. Ribeiro (2019).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

5 - As trajetórias foram elaboradas por nós a partir de entrevistas realizadas no contexto de nossa pesquisa de mestrado, nas cidades de São Paulo, La Paz e El Alto (Bolívia), entre 2014 e 2017. Os nomes dos entrevistados foram alterados para preservar suas identidades.

6 - María afirmou que pensou em se divorciar porque seu marido a traía, mas que não o fez pelos filhos e pelo que “as outras pessoas poderiam pensar”. Segundo ela, o pai nunca ajudou os filhos com dinheiro; “Mis hijos tienen su padre pero nunca los ayudó en nada”.

Uma das questões que atravessa todas essas pesquisas é a relação das migrantes bolivianas com as tarefas domésticas nas oficinas, considerando a fusão que acontece entre os espaços de moradia e de trabalho no mesmo ambiente. Como as oficinas se organizam a partir de um casal de donos que pode, ainda, ter filhos e/ou contratar outros parentes como costureiros, as relações familiares e conjugais são centrais não só para as formas de emprego da costura, mas para o processo migratório como um todo, já que circunscrevem arranjos de trabalho e de reprodução doméstica que acabam por estruturar as próprias oficinas de costura. A seguir, apresentamos algumas trajetórias de migração para São Paulo a partir das quais estes arranjos podem ser analisados⁵.

María e seu marido saíram de um pequeno povoado do interior do departamento de La Paz para morar na cidade de El Alto, onde ele trabalhava em uma fábrica de zíperes e ela era vendedora ambulante. Julio, o filho mais velho, começou a estudar, mas, diante das dificuldades, veio para o Brasil para trabalhar “só por um tempo” no final da década de 1990, onde “foi ficando” até que se casou, abriu a própria oficina e teve filhos. Sandra, sua irmã, veio alguns anos depois e se casou com um antigo costureiro de Julio, com quem abriu a própria oficina e teve seu filho. Em 2016, o irmão Nicholas veio para São Paulo para morar e trabalhar na oficina de Sandra, mas com o projeto de conseguir

se inserir como engenheiro na cidade, seja exercendo a profissão ou fazendo um mestrado. A mãe deles, María, esteve em São Paulo por um tempo, ajudando a cuidar dos netos e realizando pequenas tarefas de cozinha e limpeza nas oficinas dos filhos, mas retornou quando ficou mais velha e não podia mais trabalhar, porque não podia ficar na oficina “sem fazer nada”. O pai deles também mora em São Paulo e trabalha na oficina de costura de Julio há mais ou menos dez anos. María e o marido não tem uma relação próxima, por isso as trajetórias de migração dos dois não são articuladas entre si⁶. Nas primeiras épocas do pai em São Paulo, Julio descontava dinheiro do seu pagamento para mandar à mãe, na Bolívia, como ela nos contou.

Assim, nas oficinas de costura, além de cozinheiras e faxineiras contratadas, as mulheres mais velhas da família muitas vezes assumem essas tarefas junto com o cuidado dos netos. Também é uma forma de cuidar dos idosos da família quando a maioria ou até mesmo todos os filhos se mudaram da cidade natal. Na oficina de costura da qual é dona, Sandra é responsável por cuidar da cozinha e da faxina dos espaços comuns da oficina – o espaço de trabalho, a cozinha etc., além de também costurar; tanto ela quanto Nicholas afirmam que é uma das pessoas que mais trabalha na oficina. Sandra tinha uma empregada contratada até certo momento, mas, com a queda nos rendimentos da costura a partir de 2014, passou a cuidar

sozinha da cozinha, da faxina, da costura. Quando conversamos, ela queria sair da oficina e terminar a faculdade que interrompeu ao migrar, mas o seu marido “não deixava”: segundo ela por ciúmes, mas vale considerar também que sem Sandra a oficina de costura não funcionaria – perderia cozinheira, faxineira, costureira e gerente.

Dentro da família, portanto, os arranjos de trabalho e de reprodução acabam se desdobrando em vários níveis. Por um lado, na oficina de Sandra, seu papel na esfera da reprodução é fundamental. Mas também na esfera do trabalho: não só porque ela também é costureira, mas porque gerencia e organiza a produção das peças, a distribuição do trabalho e do salário e lida mais diretamente com os costureiros. Por outro lado, quando necessário, María também fez parte do arranjo de reprodução e trabalho da oficina da filha Sandra, cuidando do seu filho e liberando tempo dela para a costura. O trabalho na oficina também ajudou a manter a casa da família na Bolívia (inclusive a construir parte dela) e a sustentar a mãe. Cuidar de María também é um momento importante desse arranjo que precisa ser negociado entre todos os irmãos.

As famílias de José e de Elisa também migraram da zona rural para El Alto, onde se tornaram vizinhas. José migrou para São Paulo em 1996, aos 16 anos, para trabalhar em uma oficina de costura. Seus irmãos também vieram para São Paulo e eles passaram a trabalhar juntos na oficina de um brasi-

leiro no Itaim Bibi. José e seus irmãos enviavam entre US\$100 e 150 para a família na Bolívia todos os meses. Assim, a migração dos irmãos já fazia parte de um projeto de sustentar a família na origem. Como contou José sobre a oferta do salário na costura, esta pagava mais dinheiro em um mês do que os pais dele ganhavam em um ano.

Trabalhando na oficina de costura do Itaim, os irmãos decidem parar de mandar dinheiro para a família na Bolívia para comprar alguma coisa em São Paulo e aí trazer a todos. Nesse momento, o projeto familiar se transforma na permanência no Brasil não apenas dos irmãos, mas de toda a família. Nessa época, os três irmãos se casam: é quando José visita El Alto nas férias e “traz” Elisa junto com ele para trabalhar na mesma oficina. Segundo ele, não a “trouxe” por um ganho pessoal, mas pela sua companhia, ao mesmo tempo em que garantiu mais um trabalhador migrante para a oficina em que trabalhava. É significativo que os casamentos aconteçam na mesma época em que os irmãos decidem levar a cabo um projeto que envolve toda a família e que não implica, a princípio, a montagem de uma oficina de costura necessariamente, mas o estabelecimento de condições para que os pais e os outros irmãos pudessem se mudar para São Paulo. No entanto, quando o brasileiro vai à falência, ele lhes entrega todas as máquinas e móveis da oficina como pagamento pelos serviços que não haviam sido quitados, permitindo a José e seus irmãos que se tornem donos da



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

oficina de costura.

Quando sua filha nasceu, Elisa ficou seis meses sem costurar, se dedicando a cuidar da própria filha e dos sobrinhos, além de cozinhar e fazer faxina. Esse tipo de decisão só consegue ser tomada, nesse caso, por causa dos acordos em família que os casais tinham. Em seguida, os pais de José vêm a São Paulo para visitar, a princípio, por um ano. O pai ajudava na costura enquanto a mãe cuidava dos netos, liberando as outras mulheres para continuar costurando. A vinda dos pais, portanto, por mais que tenha uma intenção de “ajudá-los”, também é fundamental para que os irmãos e suas esposas consigam distribuir as tarefas da esfera do trabalho e da reprodução. Nesse sentido, os pais têm um papel-chave no projeto de acumulação familiar, porque ajudam a liberar o tempo dos costureiros ao realizar tarefas de ajudante e babá que demandam menos qualificação e experiência. Também é significativa a forma como essas tarefas são distribuídas entre a mulher e o homem, em que estes saem para cuidar de clientes e fornecedores enquanto as esposas se revezam para cuidar da cozinha e da faxina.

Celina nasceu em El Alto, se casou e teve uma filha; se separou do marido quando a criança tinha sete anos. O pai não dava nenhuma ajuda e para Celina era muito difícil trabalhar e cuidar da filha ao mesmo tempo. Ela então vê um anúncio na televisão de um emprego na costura em São Paulo e decide ir para ver como é. A princípio

vai para São Paulo sozinha e, depois de seis meses, sente que a vida é melhor trabalhando na costura do que na Bolívia e que é possível trazer a filha para o Brasil. Segundo Celina, ela não poderia ter um emprego fora da oficina porque não teria com quem deixar a filha durante o dia. Ao fim do mês, ganhava entre R\$1.000 e 1.200, que “no alcança para nada”. Tinha a moradia e, além disso, comida de segunda-feira ao almoço de sábado, seus horários de trabalho, mas gastava com a comida do final de semana, com as passagens de transporte público para passear aos domingos e com a perua para a filha ir e voltar da escola, já que não podia fazer isso ela mesma porque estava trabalhando.

Assim, no caso de Celina, ela é responsável sozinha por conseguir estabelecer um arranjo entre o trabalho e a reprodução, especialmente no que concerne o cuidado com a filha. Ainda que a migração para SP e, posteriormente, a decisão de permanência no Brasil venham, ambas, marcadas na fala de Celina pelo desemprego e pela pobreza na origem, estes não aparecem como resultado de um contexto boliviano generalizado, mas como a dificuldade enfrentada na sua condição de mãe que não compartilha com o pai o cuidado sensível e financeiro da filha. Na costura, justamente pela maneira como a oficina organiza não só o trabalho, mas a reprodução doméstica, é que Celina consegue resolver o arranjo entre as duas dimensões sobre as quais ela é inteiramente responsável.

Denise veio sozinha da Bolívia, em 2014, aos 22 anos, para trabalhar com os tios. Era ajudante e vendedora do box que eles mantinham em uma galeria no bairro do Brás⁷, mas também fazia faxina do espaço da oficina, manutenção durante a semana e limpeza pesada aos finais de semana. Ela migrou para juntar dinheiro para fazer faculdade na Bolívia. Segundo Denise, a mãe e os irmãos não queriam deixar que ela migrasse, mas o pai a incentivou; mesmo assim, ela acha que só foi permitido porque a oficina pertencia aos seus tios. Quando ela tenta enviar dinheiro para os pais, eles recusam e dizem que ela deve guardar e gastá-lo com os seus estudos: “Mi papá me dijo así: ‘Yo ya estoy yendo para abajo, tú tienes que ir para arriba’”. No caso da Denise, o pai queria e insistia que ela fizesse faculdade para se tornar uma profissional liberal, o que na Bolívia lhe daria direito a um salário fixo e a outro lugar social, além de ser uma forma de escapar ao controle do homem, do (futuro) marido. Segundo a própria Denise, a mulher que não estuda fica em casa, limpando ou cozinhando para os irmãos.

O lugar que ela ocupa como mulher, nesse projeto, tem a ver com uma tentativa dos pais de realizar uma ascensão familiar pela chegada dos filhos à universidade. Para a irmã mais velha de Denise, eles puderam pagar os estudos; para ela já não, o que a obrigou a migrar em busca do dinheiro para realizar esse projeto. Ainda, isso é organizado por uma ascensão social, muito mais que

financeira⁸, pelo lugar de prestígio que o profissional ocupa na sociedade boliviana; e no caso de Denise isso é inclusive entendido como condição para que ela não seja dependente do marido. De certa forma, assumir o lugar de profissional significa assumir um papel masculino de independência, autonomia, e de conquista de certo lugar social através dos estudos e da carreira.

Marta e Christian migraram como casal e sempre estiveram juntos nas oficinas em que trabalharam. Ser um casal e não ter filhos foi apontado como uma condição favorável para os costureiros, que interessa aos donos de oficina⁹. Talvez por isso eles nunca tenham tido dificuldade de trocar de uma oficina para outra e, mesmo sendo mulher, Marta nunca foi responsável pelas tarefas domésticas gerais dentro da oficina. Na entrevista, nem ela nem Christian comentaram sobre as atividades que realizavam para si (lavar roupas, cozinhar fora dos horários de trabalho, fazer a limpeza do quarto etc.). Ambos queriam juntar dinheiro, ela para reabrir um pequeno comércio que já tinha em Santa Cruz de la Sierra e ele para fazer faculdade de engenharia civil.

Eles decidem retornar quando Marta engravida, mesmo sem conseguir juntar esse dinheiro. Para eles, o problema era criar a filha no ambiente das oficinas de costura. Além disso, Marta teria que trabalhar mesmo no final da gravidez, porque as costureiras grávidas continuavam trabalhando, seja pela pressão de ter o próprio dinheiro ou dos próprios donos. Do ponto de vista dos arranjos de traba-

7 - Tornou-se uma prática comum dos donos de oficina de costura alugar pequenos *boxes* em galerias comerciais de bairros como Brás e Belém, onde vendem peças produzidas na própria ou outras oficinas.

8 - “El comerciante gana lo que él quiere. Mientras el profesional gana según a la labor que hace, según a lo que recibe. Pero el comerciante, si él se esfuerza, gana más” (Denise).

9 - O casal dentro da oficina pode trabalhar “em cadeia”, como explica Miranda (2017): “Bajo la producción por cadena, la pareja es considerada como una unidad productiva, es decir, cobra como si fuera un sólo costurero. Pareciera una desventaja, pero se trata de un ‘costurero con cuatro brazos’, lo que acelera la actividad diaria. Cuando por otro lado se echa mano del método de confección por adición, el tallerista [dono da oficina] contabiliza el pago que corresponde a cada quien, prenda por prenda. La pareja, en este caso, participa individualmente. Por lo mismo, la forma de confección por adición es en general aplicada a los costureros solteros” (MIRANDA, 2017, p. 209).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

lho e reprodução internos ao casal, ter a filha em São Paulo exigiria uma reorganização das tarefas que, como afirmamos, nem sempre é permitida pelos donos da oficina e nem sempre convêm aos costureiros, considerando o projeto migratório, como era o caso deles. Além disso, em Santa Cruz, para onde retornaram, eles podiam contar com a ajuda da madrinha de Marta, que pode fazer parte desse arranjo e participar do cuidado com a filha, distribuindo o tempo que seria retirado do trabalho.

Assim, entre donos de oficina e costureiros há grandes diferenças. Os donos costumam ser antigos costureiros que, com o tempo, conseguiram juntar dinheiro ou fazer um empréstimo para comprar as máquinas e, além disso, conseguiram enfrentar a burocracia necessária para alugar um imóvel. Por isso, em geral, estão no Brasil há mais tempo e são casados – a maior parte das oficinas é propriedade de um casal. Além disso, tendem a ganhar mais que os costureiros, mesmo com a queda nos preços da costura que Sandra relatou. Mesmo assim, os donos também tem longas jornadas e trabalham muito, já que muitas vezes também costuram. No caso das mulheres, as costureiras realizam tarefas de cuidado das suas próprias famílias ou podem ser contratadas para assumir as atividades necessárias à reprodução das oficinas. Quando isso não é possível, cabe às próprias donas cuidar da cozinha e da limpeza, além das tarefas de reprodução das suas próprias famílias, que

às vezes são os mesmos costureiros da oficina. Em outras palavras, o espaço das oficinas acaba por fundir os campos cindidos do trabalho e da reprodução doméstica.

María José Magliano, pesquisadora de migrações da Universidad Nacional de Córdoba (Argentina), estudou as oficinas de costura de migrantes peruanos no bairro Sabattini, na periferia cordobesa (MAGLIANO, 2015, 2017; MAGLIANO, PERISSINOTTI E ZENKLUSEN, 2017). Em Sabattini, a maior parte da população é peruana, seguida de argentinos – em sua maioria, filhos de migrantes nascidos no país. As oficinas são, em geral, de propriedade de famílias peruanas e as casas já são construídas para acomodar a oficina, que divide espaço com a cozinha. Os membros da família trabalham juntos e, nos períodos de alta temporada da costura, contrata-se costureiros no bairro que não vão morar na casa, mas vão e voltam das suas próprias moradias. Os costureiros contratados desejam, em grande parte, tornar-se donos de oficina. Para isso, precisam conseguir um terreno e depois construir a casa, o que se faz a partir de negociações internas dentro do bairro e de práticas comunitárias de apoio e solidariedade (MAGLIANO, PERISSINOTTI E ZENKLUSEN, 2017).

Nas oficinas estudadas por Magliano (2015), assim como no caso dos bolivianos residentes em São Paulo, homens e mulheres aparentam realizar as mesmas tarefas, pois ambos se identificam como costurei-

ros ou donos de oficina. Para a autora isso não implica, no entanto, em uma ruptura nas relações de gênero tradicionais, já que os homens lançam mão de “estratégias de masculinização” que sustentam a figura do “homem-provedor”, enquanto a mulher aparece como “cuidadora natural” e se responsabiliza pelas tarefas de reprodução. Os homens migrantes que trabalham na costura, segundo Magliano (2015), vivem uma relação dupla em que, por um lado, se “feminizam” ao compartilhar uma precarização do trabalho que tradicionalmente recai sobre as mulheres, mas, por outro lado, conseguem lançar mão de estratégias para estabelecer sua masculinidade:

Los varones, en un escenario de feminización de su trabajo, pueden, por un lado, experimentar las mismas condiciones laborales que las mujeres (con especial referencia a los bajos salarios, la inestabilidad y la precariedad); por el otro, pueden desplegar un conjunto de estrategias para fortalecer su identidad y minimizar las connotaciones femeninas mediante la búsqueda de liderazgo. (MAGLIANO, 2015, p. 338)

Para Magliano (2017), ainda, mesmo que os homens estejam cada vez mais inseridos em empregos informais, flexíveis e desprovidos de direitos e segurança social, a precarização corresponde ao campo do feminino e, mais que isso, recai especialmente sobre mulheres não-brancas. Para a autora, as trajetórias de mulheres migrantes estão articuladas com processos estruturais globais que passam, assim, pela racialização e feminização dos mercados de trabalho precários, considerando especialmente as sociedades de destino.

Veiga e Galhera (2016), por sua vez, analisaram detidamen-

te não apenas a questão da diferença de remuneração interna às oficinas de costura, mas o papel das mulheres bolivianas na indústria de vestuário em São Paulo como um todo. Buscaram, em sua pesquisa, identificar elementos da divisão sexual do trabalho e, assim, explicar as diferenças de distribuição de tarefas – de trabalho como de reprodução – e de remuneração a partir de fatores como origem rural e urbana, estado civil e idade. A dedicação ao que Veiga e Galhera (2016) chamaram de “espaço reprodutivo” entra como um fator possível de menor remuneração, já que as mulheres tirariam horas da costura – que é paga por produtividade – para cuidar das atividades de reprodução.

Em linhas gerais, para a perspectiva da reestruturação produtiva, a terceirização da costura seria uma estratégia de “redução dos custos e maximização dos lucros”, resultando em flexibilização e precarização do trabalho. Uma das principais formas de barateamento da produção, nesse contexto, seria o emprego preferencial de força de trabalho feminina e imigrante, cuja remuneração é mais baixa, como ressalta também Almeida (2013). Daí decorreriam os processos de formação das oficinas de costura e o emprego de migrantes bolivianos, bem como o aumento do número de mulheres.

Além disso, Veiga e Galhera (2016) consideram que, por ser espaço de moradia e de trabalho, as oficinas de costura podem ser divididas em “espaços produtivos” e “espaços de re-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

produção”, considerando entre os primeiros os espaços que abrigam máquinas, insumos e peças produzidas e, entre os últimos, a cozinha e os quartos. Porém, essa cisão estrita implode no espaço interno das oficinas, em que a utilização de cada espaço funde tarefas, como o acúmulo de insumos nos espaços comuns e nos quartos, por exemplo. Para os autores, esse fato pode ser compreendido como “privatização do espaço fabril”:

A resultante das duas variáveis dependentes – as redes de parentesco e amizade, e a divisão sexual de trabalho – aponta para uma questão inusitada e preocupante: a “privatização” do espaço fabril e laboral na cadeia da costura, ou seja, as “fábricas” confundem-se com o lar, o espaço doméstico familiar. Praticamente sem custo, desloca-se de um ambiente formal e hierárquico para outro informal e subjetivo, embora ambos sejam disciplinados. *Esse parece ser o “segredo” por trás dos ganhos de competitividade associados à informalidade da organização do trabalho na cadeia da costura.* (VEIGA E GALHEIRA, 2016, p. 140, grifo nosso)

As experiências das mulheres migrantes bolivianas que relatamos acima estão fundadas sobre esta “privatização do espaço fabril”, o “segredo” da competitividade da indústria da confecção. Até mesmo a figura dos familiares se funde com a figura dos trabalhadores, como identifica Bruno Miranda (2016) ao reconhecer que o pai dono da oficina aparece para os seus filhos como *papá-patrón* (papai-patrão). Ao mesmo tempo, a dona da oficina que cozinha já não distingue se o faz como parte da reprodução da sua família ou dos seus trabalhadores, que podem ser exatamente a mesma pessoa. Restaria ver como essa fusão aparente entre trabalho e reprodução se traduz em vantagens

competitivas para a indústria de confecção.

O que este breve panorama dos papéis de gênero nas oficinas de costura de migrantes latino-americanos nos permite, dentro da investigação aqui proposta, é reconhecer alguns termos da migração feminina e dos papéis das mulheres dentro dos processos migratórios que passam simultaneamente por uma responsabilidade sobre o trabalho abstrato e pelo cuidado com a família como um todo. Não fosse por estes arranjos negociados dentro da família, o processo migratório de bolivianos para São Paulo não poderia construir-se da mesma forma em torno das oficinas de costura e das formas de trabalho já conhecidas. A partir destes pontos, caberia agora olhar para os processos sociais mais amplos que atravessam as experiências femininas de migração e de trabalho, desdobrando as perguntas colocadas pelos estudos de feminização das migrações e da sobrevivência.

Crise do trabalho, crise da reprodução

Como vimos, a aparente fusão entre os campos da reprodução e do trabalho se dá em torno no núcleo familiar, onde a definição estrita dos papéis femininos e masculinos de providência e de cuidado aparece cada vez mais embaçada. Friedrich Engels (2012) dedicou-se à pergunta sobre a origem da chamada família burguesa, estudando para isso a obra de Lewis Morgan sobre

a organização gentílica das comunidades indígenas norte-americanas, baseadas no direito materno. Para Morgan e, por consequência, Engels (2012), esta teria originado as gens grega e romana, de direito paterno, que por sua vez influenciaram a formação da família burguesa dividida estritamente entre o homem responsável pela providência material e a mulher responsável pelo cuidado do lar.

Para que essa passagem seja compreendida, vale lembrar que, para os autores, a história da humanidade está dividida em três fases: estado selvagem, barbárie e civilização, cada uma dividida nos estágios inferior, médio e superior. Essa divisão decorre dos “progressos obtidos na produção dos meios de subsistência” (ENGELS, 2012, p. 37). Nessa perspectiva, o trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas são traços essenciais dessa humanidade em evolução linear. A virada do direito materno para o paterno seria, assim, uma decorrência do desenvolvimento das forças produtivas provocada pela possibilidade da herança. O Estado teria surgido como instituição de proteção da herança e da propriedade privada. Antes mesmo do advento da grande indústria, Engels (2012) vê o trabalho feminino perdendo a importância e a mulher sendo confinada dentro do lar, em uma esfera doméstica inferiorizada em relação à esfera produtiva dominada pelo homem.

Entretanto, seria possível estender a forma moderna da família para sociedades pré-modernas e, a partir delas, de-

duzir a origem da família atual? Teria sido uma evolução linear desta instituição provocada pelo desenvolvimento das forças produtivas? Do nosso ponto de vista, isso significaria impor categorias e formas de relação modernas a contextos em que os nexos sociais não são apreensíveis para nós e advogaria por um essencialismo humano ontológico. A família poderia ser compreendida como uma instituição moderna, centrada em possibilitar a reprodução dos trabalhadores mediada pelo dinheiro; a família e os papéis sociais de gênero que ela determina – identificados por Scholz (2016) como homem-ganheiro e mulher-dona-de-casa – garantiria assim a reposição contínua dos trabalhadores, através do salário, do cuidado familiar e da educação. Vale ter em mente, no entanto, que esse modelo ideal se realizou concretamente de formas particulares, sobretudo em contextos de classe média branca ocidental, e que em diversos lugares não chegou sequer a se efetivar, embora marcasse quais os papéis a serem cumpridos por homens e mulheres. Lido dessa perspectiva, o texto de Engels (2012) é capaz de identificar as formas deste modelo ideal de família; o autor acreditava, no entanto, que a industrialização geral da sociedade superaria a cisão entre os papéis femininos e masculinos:

A divisão do trabalho na família havia sido base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher. Essa divisão do trabalho na família continuava sendo a mesma, mas agora transtornava as relações domésticas, pelo simples fato de ter mudado a divisão do trabalho fora da família. A mesma causa que havia assegurado à mulher sua anterior supremacia na casa – a ex-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

10 - “Como demonstrou uma investigação médica oficial de 1861, abstraindo circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem principalmente à ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e mau trato das crianças daí decorrentes – entre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiatos etc. – além da alienação anti-natural das mães contra seus filhos, e consequentemente esfomeação e envenenamento propositais” (MARX, 1985, p. 25).

clusividade no trato dos problemas domésticos – assegurava agora a preponderância do homem no lar: o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição. Isso demonstra que a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante. Essa condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública. (ENGELS, 2012, p. 204)

Ao escrever sobre o surgimento da Grande Indústria em *O capital*, Marx (1985) chama o trabalho de mulheres e de crianças de “forças de trabalho suplementares” que se tornaram passíveis de serem mobilizadas com o advento da maquinaria, mas com uma remuneração menor do que se pagava a um homem adulto. A força de trabalho do trabalhador é desvalorizada; seu salário antes deveria cobrir a manutenção de toda a sua família e, agora, essa exigência divide-se por todos os membros trabalhadores da família e a grande indústria acaba ampliando a massa de assalariados.

Ao mesmo tempo, a incorporação da família à produção afeta os arranjos de trabalho doméstico antes possíveis. Funções delegadas à mulher não podiam ser totalmente suprimidas, sendo necessário ainda cuidar das crianças não-trabalhadoras, amamentar os bebês, etc. Ao contrário do que havia previsto Engels (2012), a participação feminina na esfera da produção não causou a sua

emancipação e nem a sua desoneração sobre atividades domésticas. Antes, estas passaram a custar às famílias, que embora ganhassem mais, gastavam mais com mercadorias prontas que substituíam tarefas femininas – como as roupas –, além de pagar substitutas para a realização de atividades imprescindíveis. Como afirma o próprio Marx, “o capital usurpou o trabalho familiar necessário ao consumo para sua autovalorização” (MARX, 1985, p. 23). Marx (1985) considera, ainda, que a alta mortalidade infantil da época podia ser atribuída às mulheres que abandonavam as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos¹⁰.

Se o caminho ontológico pensado por Engels (2012) limita o debate sobre a formação deste modelo de família a uma evolução transhistórica, de que outra maneira seria possível compreendê-lo? Em outras palavras, como se articula o processo de formação da família com o surgimento das categorias fundamentais do capital, se esta também se constitui como uma categoria própria da modernidade? Esse caminho pode nos ajudar, ainda, a responder a Engels (2012) por que a entrada das mulheres na esfera produtiva não teve o caráter emancipatório previsto por ele.

Para Jean-Paul de Gaudemar (1977), o processo chamado de acumulação primitiva por Marx pode ser entendido também como um processo inicial de *mobilização para o trabalho*, isto é, de imposição violenta do trabalho como forma necessária de mediação social, o que se

concretizou como expulsão dos antigos camponeses das terras, obrigando-os então a trocar a sua força de trabalho medida em horas por uma quantidade de salário que garantisse a sua reprodução e de sua família. Para Kurz (2002), uma parte importante do processo de formação do trabalho abstrato foi a mobilização de homens para a guerra, que teria sido o primeiro emprego remunerado. Segundo ele, ainda, o advento das armas de fogo e o seu impacto nas guerras transformou a totalidade da reprodução social, tendo suma importância nos processos de monetarização da sociedade, de formação do Estado nacionais e no surgimento da Modernidade e das suas categorias. Assim, a esfera do trabalho, do dinheiro e do valor se formou conotada com o masculino e as suas formas sociais: a competitividade, a racionalidade etc.

Simultaneamente, foram cindidas deste campo do valor todas as qualidades e atividades que não lhe diziam respeito, porque não coadunam com a sua abstração: a sensibilidade, a sensualidade, o amor, a emotividade e, associados a estas características, o cuidado doméstico e familiar. Com isso, formou-se uma esfera *dissociada* daquela do valor, à qual compete tudo aquilo que não é trabalho mas de que este depende para se reproduzir, em uma relação dialética e negativa¹¹. Esta foi, por sua vez, conotada com o feminino e com as mulheres. Para Scholz (1996, 2016), a caça às bruxas realizada na Europa foi o processo

fundamental de formação desta esfera dissociada; a pesquisa histórica de Silvia Federici (2017) apresenta com grande profundidade os acontecimentos do período e nos permite uma nova compreensão sobre o processo de formação da dissociação-valor, se lida sob essa perspectiva.

O trabalho e as atividades domésticas e familiares, desse ponto de vista, não podem ser iguais, porque representam justamente o oposto um do outro. Enquanto o primeiro tem como característica fundamental a sua abstração, as tarefas domésticas portam qualidades sensíveis e concretas¹². Mais que isso, o trabalho é uma atividade capaz de gerar valor e que é, portanto, apropriado como mais-valia, o que não acontece com as tarefas domésticas que não podem, nesses termos, ser exploradas, porque não há mais-valor produzido.

Vale considerar, ainda, que tais processos – os cercamentos das terras e a caça às bruxas – foram processos de formação que dizem respeito ao contexto europeu. Muito diferente foi a imposição destas categorias nas colônias. O plano de colonização sistemática de Wakefield, discutido por Marx (1983), foi uma maneira de impor a reprodução pelo trabalho abstrato, da qual também faz parte a reprodução como uma esfera cindida delegada às mulheres. A violência da colonização nos continentes “além-mar” se deu como imposição do trabalho sobre os outros povos, submetendo o que hoje chamamos de populações ne-

11 - “Neste processo, todos os elementos da reprodução social não passíveis, ou dificilmente passíveis de serem representados no âmbito da lógica do dinheiro que também determinava o Estado (do ato de confeccionar a comida ao cuidar dos filhos e até ao ‘amor’) foram retirados do contexto das relações de vinculação ou obrigação existentes até então, mas foram ao mesmo tempo dissociados da nova sociabilidade da mercadoria e delegados nas mulheres. Ao fato de o dinheiro moderno (o capital) e o Estado partilharem uma origem comum no seio da sociedade oficial sobrepôs-se outra coincidência de origens mais importante, entre a universalidade abstrata (dinheiro e Estado), por um lado, e a dissociação sexual dos momentos da reprodução que nela não têm cabimento, por outro” (KURZ, 2014, p. 117).

12 - “As atividades femininas de reprodução, uma vez que representam o reverso do trabalho abstrato, não podem ser simplesmente cobertas com o conceito abstrato de trabalho, como faz frequentemente o feminismo, que em grande medida tomou do marxismo do movimento operário a categoria positiva trabalho. Nas atividades dissociadas, que não em último lugar compreendem também o afeto, a assistência e os cuidados aos doentes e incapazes, bem como o erotismo, a sexualidade e o

Continua...



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

‘amor’, incluem-se ainda os sentimentos, as emoções e as posturas que são contrapostos à racionalidade da ‘economia empresarial’ no domínio do trabalho abstrato, e que se opõem à categoria trabalho, mesmo se não estão completamente livres dos momentos da racionalidade de objectivo nem das normas protestantes. Na modernidade patriarcal são delegadas n’ a mulher’, ou seja, são-lhe atribuídas e projetadas nela não só determinadas actividades, mas também sentimentos e qualidades (sensualidade, emotividade, fraqueza de entendimento e de carácter etc.)” (SCHOLZ, 2000, s/p).

13 - Informações retiradas do nosso caderno de campo, entradas dos dias 16/06/2015 e 23/07/2015.

14 - A financeirização das actividades domésticas de reprodução apresenta uma dimensão complexa da diferenciação entre estas actividades e o trabalho abstrato que não será debatida aqui. Porém, sustentamos a pergunta sobre a capacidade destas actividades de produzir novo valor e, portanto, mais-valia. Para comentários sobre a financeirização das tarefas de cuidado ver Scholz, 2013 e 2016; para um debate sobre o setor de serviços e a produção de valor, ver Kurz, 2004.

gras e indígenas em contextos diversos (SCHOLZ, 2004). Da mesma forma, a esfera do trabalho e do valor é personificada na população branca, que seria a mais apta para o trabalho em contraste com povos bárbaros, burros, preguiçosos e inaptos para o trabalho e a realização produtiva.

Até o período fordista, a reprodução do capital foi mais ou menos assegurada pela acumulação de mais-valia, sobretudo absoluta – aquela extraída a partir do aumento das jornadas de trabalho. A Terceira Revolução Industrial, com o advento da microeletrônica, permitiu prevalecer a extração de mais-valia relativa, obtida pelo aumento da produtividade do trabalhador através do desenvolvimento técnico da maquinaria. Contraditoriamente, tal nível de inovação técnica expulsa cada vez mais o trabalho humano do processo produtivo, determinando assim o seu limite histórico: este se torna obsoleto, ao mesmo tempo em que se produz cada vez menos valor. Os trabalhadores agora tornados supérfluos disputam entre si os poucos empregos sobrantes, em geral com péssimas condições e altas taxas de exploração; em outras palavras, a precarização do emprego, especialmente daquele acessível a mulheres, a não-brancos e a migrantes, constitui-se como um dos fenômenos desta crise de acumulação no plano do concreto que, na análise de Scholz (2016), acaba por mascarar a transformação destes mesmos trabalhadores em supérfluos e descartáveis.

Tal crise, no entanto, não se limita à esfera do trabalho e do valor e constitui-se, hoje, também como *crise da reprodução*. A dupla jornada das mulheres – que trabalham e depois cuidam de casa – aparentemente se dissolve, porque as mulheres de classe média já nem dão mais conta de cuidar dos próprios lares e famílias, terceirizando essas tarefas para outras mulheres, em geral migrantes e não-brancas, na forma dos empregos domésticos e de *care*. Estas mulheres, por sua vez, dificilmente conseguem realizar o cuidado das suas famílias, acabando por deixar de fazê-lo, como já acusava Marx (1985) no início da Grande Indústria para o caso da mortalidade infantil.

Nas oficinas de costura de São Paulo, vimos duas situações em que o trabalho impossibilitava a mães e pais o cuidado com os filhos: um bebê que já começava a ficar com a parte de trás da cabeça achatada porque passava tempo demais deitado, enquanto os pais trabalhavam, e outro que tinha quebrado um braço porque caiu do berço enquanto estava sozinho no quarto, e seus pais não ouviram o seu choro por causa do barulho das máquinas e da música que põem para acompanhar o trabalho¹³.

A financeirização das actividades reprodutivas¹⁴ não é um fenômeno novo – o próprio desenvolvimento da indústria de vestuário veio a substituir uma parte das tarefas realizadas em casa pelas mulheres, isto é, a costura e o conserto das roupas da família. Contemporaneamente, novas tarefas caem no campo da financeirização e, nos

últimos anos, chama atenção a expansão dos trabalhos de cuidado de crianças e, principalmente, idosos. Não será esse processo resultado da própria crise de acumulação? Não é só o mercado que passa a oferecer as atividades de reprodução, mas as próprias famílias que se tornam dependentes da sua externalização para que possam garantir certo nível de consumo.

Com isso, o modelo familiar anterior do homem-ganha-pão-mulher-dona-de-casa (Scholz, 2016), que havia sido entrevistado por Engels (2012), entra em declínio. Vale considerar que este modelo se efetivou apenas em contextos de classe média e alta, principalmente branca, da qual chegou a participar uma parte do operariado norte-americano e europeu do século XX, enquanto nas classes mais baixas e nas periferias as mulheres sempre trabalharam. Nas últimas décadas, no entanto, esse modelo já não se sustenta mais nem nas classes médias. Nosso percurso permite, assim, estabelecer conexões intrínsecas entre a crise de acumulação, a crise da reprodução e os modelos familiares ideais e hegemônicos, como sintetiza Scholz (2016):

No pós-fordismo, com a revolução microeletrônica, dissolvem-se as instituições da família e do trabalho remunerado, na sequência dos processos da globalização, que eles próprios resultam do processo da dissociação-valor; as relações de gênero tradicionais desfazem-se sem que desapareçam as hierarquias de gênero. As relações entre os sexos no patriarcado capitalista asselvajam-se mesmo. O homem como ganha-pão da família e a mulher como dona de casa tornaram-se obsoletos; as relações de gênero são agora aparentemente individualizadas, as mulheres são “duplamente socializadas” (Regina Becker-Schmidt), isto é, são igualmente responsáveis pela família e pela profissão, mesmo se agora

são liquidados os trabalhos de reprodução cada vez mais profissionalizados, por sua vez também por mulheres. Os homens “são transformados em donas de casa” (von Werlhof), na medida em que se movem em relações de emprego precárias. Tendencialmente manifestam-se também no “Primeiro Mundo” relações que conhecemos das favelas dos países do “Terceiro Mundo”. As mulheres educam os filhos com a ajuda de familiares mulheres e de vizinhas, os homens vão e vêm, sendo frequentemente também sustentados pelas mulheres; assim continua o patriarcado capitalista, mesmo na sua erosão. As mulheres têm agora de reproduzir uma sociedade que de fato já não pode ser reproduzida, na decadência do patriarcado capitalista, sendo que os homens, com a tendência a “tornarem-se donas de casa”, frequentemente se desresponsabilizam. Nisto a situação das mulheres no Terceiro Mundo ou na Europa de Leste apresenta-se sem dúvida mais dramática do que na Alemanha. (SCHOLZ, 2016, s/p)

A partir de Scholz (2016), podemos retomar as experiências femininas nas oficinas de costura de migrantes bolivianos como formas particulares da crise simultânea do trabalho e da reprodução. Em primeiro lugar, recuperamos a formulação de Magliano (2015) de que a precarização corresponde à esfera do feminino e, nesse sentido, os homens se feminizam ao se inserir em empregos precarizados. Segundo Federici (2017), foi no cenário pós-Terceira Revolução Industrial, com conseqüente rebaixamento dos salários, que a participação feminina no mercado de trabalho ganhou importância. A dona-de-casa era uma figura da classe média, enquanto as famílias que viveram as piores condições sociais desde sempre dependeram do trabalho feminino. Estes empregos – como lavadeiras, costureiras de bairro, empregadas domésticas etc., não por acaso empregos da esfera da reprodução – já poderiam ser considerados “precarizados” nos termos conhecidos



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

hoje. Se as antigas donas-de-casa entraram definitivamente no mercado de trabalho já em um contexto generalizado de rebaixamento dos salários e informalização, estas tampouco tiveram acesso a empregos de mesmo nível que os seus maridos (com exceção talvez do contexto pós-guerra dos EUA, com a consequente depressão feminina generalizada quando as mesmas mulheres retornaram da fábrica ao lar). Assim, a precarização apresenta-se, de maneira geral, como a forma feminina ou *dissociada* de existência no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que a feminização dos homens pela precarização mostra-se como mais um dos conteúdos particulares da crise de reprodução do capital.

Da mesma forma, a fusão de papéis de gênero femininos e masculinos nas oficinas de costura (Magliano, 2015) e a feminização e a racialização dos mercados de trabalho precarizados (Magliano, 2017) podem ser compreendidos a partir dos processos históricos de formação da dissociação de gênero e de raça, para além dos contextos particulares em que se desenrola a disputa concorrencial acirrada entre os dissociados e o macho branco universal da sociedade do trabalho, que também pode ser entendida no marco desta crise.

Por fim, retomamos a formulação de que o emprego de mulheres nas oficinas de costura faz parte das estratégias de “redução de custos e maximização dos lucros” da indústria da confecção (ALMEIDA, 2013;

VEIGA E GALHERA, 2016). Em primeiro lugar, podemos considerar brevemente que, em cada oficina, há diferentes máquinas de costura, como overlock e reta. A primeira é ocupada preferencialmente por mulheres e apresenta, em geral, menor remuneração por peça, enquanto a segunda é mais bem paga e utilizada preferencialmente por homens¹⁵. Não há, porém, uma estratégia de substituição das máquinas “masculinas” pelas “femininas” ou de homens por mulheres.

Além disso, se o que marca a menor remuneração feminina é o dispêndio de tempo em atividades de reprodução, vale perguntar como as tarefas de cozinha e de faxina, realizadas pelas bolivianas se traduzem diretamente em exploração do trabalho. Considerando também o argumento de que as mulheres ganham menos porque tiram tempo de trabalho para tarefas de reprodução, isso não se traduz em maior exploração do trabalho, já que o que elas fazem é justamente *não trabalhar*. O ato de cozinhar ou limpar – seja como dona de oficina, seja como cozinheira ou faxineira contratada, seja como costureira que limpa e cozinha nos períodos de folga – não é diretamente apropriado como exploração do trabalho pelo dono da oficina ou pela marca de roupa. Considerando-se a exploração do trabalho como extração de mais-valia, como essas particularidades do trabalho feminino na oficina de costura se traduzem em maior extração de mais-valia de mulheres em relação aos homens

15 - Para um debate aprofundado sobre a questão, cf. Ribeiro (2019).

ou, dito de outra forma, como emprego de mulheres como estratégia de redução de custos? Esse fundamento da exploração e da acumulação fica apagado no argumento da reestruturação produtiva, na medida em que equipara simplesmente o emprego de imigrantes e mulheres à “redução de mão-de-obra”.

Nesse sentido, como compreender ainda a “privatização do espaço fabril” como “segredo da competitividade” da indústria de vestuário? Por um lado, a responsabilização da própria oficina pela reprodução dos costureiros permite que um valor menor seja repassado a eles como salário ou, inversamente, não seria possível aos donos de oficina pagar um salário que cobrisse a reprodução individual de cada trabalhador e de sua família, mas é viável pagá-la coletivamente, dividida inclusive com a reprodução familiar dos próprios donos e seus filhos. Por outro, vale considerar que a maior parte das tarefas domésticas realizadas dentro da oficina diz respeito à reprodução da própria oficina e à manutenção dos espaços e equipamentos de trabalho, mais do que ao cuidado sensível com os filhos dos costureiros. O cuidado e a reprodução familiares acabam, dentro das oficinas, obscurecidos em função do próprio espaço de trabalho, como vimos.

Portanto, mais do que uma imposição da indústria do vestuário que garanta a sua competitividade com outros setores, a fusão de trabalho e reprodução nas oficinas de costura pode ser entendida à luz da reprodução crí-

tica do capital que se desdobra, como argumentamos, em crise do trabalho e da reprodução.

Considerações finais

Podemos, a título de conclusão, retomar a perspectiva da feminização das migrações e das experiências contemporâneas de mulheres migrantes aqui debatidos. Herrera (2013) entendeu o processo de feminização das migrações como um conjunto de fatores na origem e no destino:

El crecimiento de las migraciones desde la Región andina fue explicado fundamentalmente a partir de variables relacionadas con la situación en los países de origen –las crisis económicas, las políticas de ajuste estructural, la reestructuración de los modelos productivos, la violencia social y política– o con factores relacionados con la globalización, como el aumento de las comunicaciones y tecnologías, los nuevos imaginarios de movilidad, la interdependencia entre mercados laborales y otros (Castles y Miller, 2003). Sin embargo, las explicaciones sobre la feminización de las migraciones andinas supuso, además, volcar la mirada hacia lo que estaba ocurriendo en las sociedades de destino: al rol de los estados en el ámbito del bienestar y a factores estructurales relacionados con cambios demográficos y sociales generales. Así, en su explicación emergieron fenómenos como el envejecimiento de la población, el carácter familista de los estados de bienestar de Europa del sur que no garantizaban la reproducción social de las personas dependientes, el ingreso de las mujeres al mercado laboral sin cambios en la división sexual del trabajo reproductivo al interior de los hogares, todos fenómenos que derivaban en la conformación de una demanda estructural de mano de obra femenina migrante que se hiciera cargo de labores de cuidado de los menores, los adultos mayores y las personas dependientes que fue suplida en gran parte por mujeres andinas en la década de 2000. (HERRERA, 2013, pp. 25-26)

Assim, esse processo migratório altamente feminizado parece ser o resultado do desemprego masculino na origem pareado com uma inserção das mulheres em empregos



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

precarizados, tendência que é reforçada nesse momento crítico (ROSAS, 2013). Simultaneamente, parece haver uma crise da reprodução no destino, provocada por dois fatores principais. O primeiro deles é o envolvimento cada vez maior das mulheres europeias com a esfera do trabalho, tendo cada vez menos tempo para se dedicar a atividades de reprodução (aqui também a previsão de Engels parece ser negada). Por outro, o envelhecimento da população concomitante ao aumento da expectativa de vida, formando uma nova população de idosos que exigem cuidados constantes. A pergunta sobre por que se contratam mulheres imigrantes (e não nativas) pode ser explorada da mesma forma que fizemos para o caso da costura: quais as possibilidades oferecidas às mulheres europeias, quais os projetos migratórios envolvidos, como a inserção em um determinado campo de atividade se relaciona com a reprodução da própria migrante no país de destino, etc.

Mas, vejamos ainda a questão do processo migratório para trabalhos de *care* de maneira invertida. Ele indica uma crise do trabalho no destino, ligada ao trabalho feminino: o ganho de espaço no campo do trabalho por mulheres implica, muitas vezes, em precarização e informalização do emprego, ou ainda desemprego masculino, embora contraditoriamente também indique maior ganho de autonomia das mulheres. Nesse caso,

importa perguntar *por que* as mulheres europeias precisam dedicar cada vez mais tempo ao trabalho. Também indica uma crise da reprodução na origem, no sentido de que, diante do desemprego masculino, as mulheres assumem a socialização nas duas esferas mesmo antes da migração. Após a migração, a reprodução das famílias que ficaram na origem também precisa ser reorganizada diante da ausência da mulher.

Podemos retomar, agora, a pergunta que nos fizemos na introdução sobre o esgotamento dos

empregos “masculinos” e o aumento dos “femininos”, no marco da passagem da mais-valia absoluta para a relativa que sinalizamos acima, que parece indicar justamente o recolhimento da oferta de trabalho em setores como indústria e construção, concomitante à expansão do setor de serviços, especialmente aqueles voltados à desoneração das tarefas de reprodução das mulheres de classe média. Seriam necessários, sem dúvida, estudos mais aprofundados que possam dar lastro a tal hipótese.

O que esse processo migratório mostra, especialmente considerando em conjunto os argumentos de Herrera (2013) e Rosas (2013), é que a crise do trabalho não acontece cindida de uma crise da reprodução. A crise do trabalho é simultânea a uma crise da reprodução, no sentido como aparece ao longo deste texto. A totalidade da reprodução social é composta contraditoriamente pelas duas

esferas, que se negam, referindo-se uma à outra. Portanto, a crise a que nos referimos, mais do que uma crise do trabalho como forma de mediação social, é uma crise da reprodução social como um todo.

Na crise contemporânea da sociedade do trabalho, portanto, os processos que ocorrem diretamente com as mulheres não se tratam, necessariamente, de um aumento da exploração feminina, mas de uma crise da reprodução social que, fenomenicamente, aparece de diversas formas – como a feminização da sobrevivência e o aumento da participação e do pioneirismo feminino nas migrações. De maneira geral, as mulheres se tornam hoje duplamente socializadas e administradoras da crise no lar, como a posição ocupada pelas mulheres nas oficinas de costura brasileiras nos permite entrever:

Na guerra civil mundial, como resultado da dissociação-valor enquanto contexto fetichista basilar em toda a sua complexidade, de seguida justamente também as mulheres se tornam relevantes como administradoras da crise, seja na periferia em grupos de autoajuda, seja nas alavancas do poder – mesmo à escala global – como relações sociológicas de desigualdade simplesmente baratas independentemente de “raça”, classe e gênero, justamente quando o patriarcado capitalista está sem conserto e já nada se pode conseguir à maneira patriarcal habitual. Mas as mulheres também voltam aqui à situação de maltratadas com a máxima “trivialidade”, enquanto forçadas à prostituição, empregadas domésticas etc. (frequentemente migrantes). O aumento parcial do poder das mulheres é assim uma vitória de Pirro, que reside apenas na linha de queda do patriarcado capitalista em colapso, mas que muito pouco tem a ver com emancipação, no sentido de uma suplantação fundamental de tais relações. (SCHOLZ, 2016, s/p)

Hoje, observa-se cada vez mais o surgimento de campos de refugiados e migrantes, o endurecimento das legislações migratórias nacionais e ondas

de deportação de migrantes presentes nos países centrais. A crise do trabalho acaba criando, para os Estados nacionais, a responsabilidade sobre a gestão populacional da crise, isto é, a gestão sobre os precarizados e supérfluos, que já não conseguem se reproduzir através do trabalho, ao mesmo tempo em que não há mais recursos para garantir sequer os direitos sociais daqueles que ainda tem empregos. A restrição da entrada e a expulsão de imigrantes torna-se a forma concreta da recusa dos países centrais de gerir a crise populacional que se acirra sobretudo nos países periféricos e ex-colônias. Se, para Federici (2017), os migrantes são os principais explorados e precarizados do século XXI, para Scholz (2016) a precarização do trabalho esconde a obsolescência relativa daqueles trabalhadores:

A precariedade é assim apenas a ameaça do perigo realmente existente da superfluidade. (...) A *superfluidade* objetiva é a verdadeira categoria, a que é decisiva, e não simplesmente a precariedade (...) O medo de tornar-se supérfluo é tão grande que apenas consegue identificar-se a si mesmo teoricamente como o tornar-se precário, sendo assim tabu o chegar ao fim absoluto da sociedade do trabalho; este é o horror puro e simples para o precário, que se vê obrigado a posicionar-se no interior de relações em decadência para poder se manter a si mesmo como o ser que se esforça ao máximo. (SCHOLZ, 2016, s/p)

Os migrantes e refugiados inseridos em trabalhos precários parecem, assim, revelar os segredos daqueles que nem sequer como precarizados conseguem se reproduzir. Dentre os conteúdos da superfluidade aparecem a imobilidade – a impossibilidade de mobilizar-se para outros campos de trabalho ou de migrar, ou ainda o con-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

finamento em campos de refúgio – e a mobilização fictícia – a migração que não se realiza como a obtenção de um novo emprego ou a garantia da reprodução e dos meios de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Táli. As imigrantes sul-americanas em São Paulo: o trabalho feminino na construção de trajetórias transnacionais. 2013. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciência para Análise da Integração da América Latina) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CYMBALISTA, Renato e XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. In: Cadernos Metrópole, n. 17, pp. 119-133, 2007.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREITAS, Patrícia Tavares de. Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. 2009. 289 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. Projeto Costura: percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre a Bolívia e a indústria da confecção das cidades de destino. 2014. 411 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. A mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Estampa, 1977.

HERRERA, Gioconda. Género y migración internacional en la experiencia latinoamericana. De la visibilización del campo a una presencia selectiva. In: Política y sociedad, v. 49, n. 1, pp. 35-46, 2012.

_____. Más allá de los cuidados. Revisitando la relación entre género, migración y desarrollo a partir de la experiencia de la migración andina. In: E-DHC, Quaderns Electrònics sobre el Desenvolupament Humà i la Cooperació, n. 1, pp. 22-37, 2013.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierette; ESTRADA, Emir; RAMÍREZ, Hernán. Más allá de la domesticidad. Un análisis de género de los trabajos de los inmigrantes en el sector informal. In: Papers, v. 96, n. 3, pp. 805-824, 2011.

ILLES, Paulo e PLAZA, Jorge Moncada. Declaração de La Paz. 2005. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/Site/noticia.asp?lang=PT&cod=39384>>. Acesso em 05/01/2019.

KURZ, Robert. O estouro da modernidade: com canhões e tostões. 2002. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz94.htm>>. Acesso em: 12/01/2019.

_____. A substância do capital: o trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. 2004. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz203.htm>>. Acesso em: 12/01/2019.

_____. Dinheiro sem valor. Lisboa: Antígona, 2014.

LIEUTIER, Ariel. Esclavos: los trabajadores costureros en la ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires: Retórica Ediciones, 2010.

MALLIMACI, Ana. Migraciones y géneros: consolidación de un campo y nuevos desafíos. In: ASSIS, Gláucia; MINELLA, Luzinete e FUNCK, Susana (Org.) Entrelugares e mobilidades. Tubarão: Editora Copiart, 2014, pp. 191-208.

MAGLIANO, María José. Varones peruanos en Argentina y trayectorias laborales en costura. Masculinidades, roles de género y organización del trabajo en contextos migratorios. In: Universitas humanística, n. 81, pp. 331-356, 2015.

_____. Las trabajadoras invisibles: experiencias laborales de mujeres migrantes en Argentina. In: Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo, n. 1, 2017.

MAGLIANO, María José; PERISSINOTTI, María Victoria; ZENKLUSEN, Denise. Peruanos en Córdoba: migraciones, talleres textiles y prácticas comunitarias. In: Convergencia Revista de Ciencias Sociales, n. 74, pp. 137-160, 2017.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. V. 1, t. 1.

_____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985. V. 1, t. 2.

MIRANDA, Bruno. Entre coerción y consentimiento: la circulación de trabajo no-libre boliviano visto desde un taller de costura de Bom Retiro, São Paulo. 2016. 307 p. Tese. (Doutorado em Ciências Políticas e Sociais). Departamento de Ciências Políticas e Sociais, Universidad Nacional de México, Ciudad de México.

_____. “Uno ya sabe a lo que viene”: la movilidad laboral de migrantes andino-bolivianos entre talleres de costura de São Paulo explicada a la luz de la producción del consentimiento. In: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 25, n. 49, pp. 197-213, 2017.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

MONTERO, Jerónimo. Discursos de moda: ¿Cómo justificar la explotación de inmigrantes en talleres de costura? In: Trabajo y sociedad, n. 23, pp. 107-125, 2014.

PERES, Roberta Guimarães. Imigração de bolivianas na fronteira: desafios teórico-metodológicos. In: BAENINGER, Rosana (Org.) Imigração boliviana no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO / UNICAMP; FAPESP; CNPq; UNFPA, 2012.

REZERA, Danielle do Nascimento. Gênero e trabalho: Mulheres bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010. 2012. 209 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, Clara Lemme. Gênero e mobilidade do trabalho: bolivianas trabalhadoras na indústria de confecção de São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSAS, Carolina. Discusiones, voces y silencios en torno a las migraciones de mujeres y varones latinoamericanos. Notas para una agenda analítica y política. In: Anuario Americanista Europeo, n. 11, pp. 127-148, 2013.

SASSEN, Saskia. Contrageografías de la globalización. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. 1996. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rst1.htm>>. Acesso em: 06/01/2019.

_____. O sexo do capitalismo: Teorias feministas e metamorfose pós-moderna do patriarcado. 2000. Disponível em: <http://obeco.no.sapo.pt/livro_sexo_capitalismo.htm>. Acesso em 15/04/2019.

_____. Feminismo – capitalismo – economia – crise. 2013. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz17.htm>. Acesso em: 06/01/2019.

_____. Cristóvão Colombo forever? Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do “colapso da modernização”. 2016. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm>. Acesso em: 06/01/2019.

SILVA, Carlos Freire da. Trabalho informal e redes de subcontratação: Dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo. 2008. 147 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VEIGA, João Paulo e GALHERA, Katiúscia. Entre o lar e a ‘fábrica’: trabalhadoras bolivianas da costura na cidade de São Paulo. In: FIGUEIRA, R. R.; PRADO, A. A.; GALVÃO, E. M. (Org.). Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, pp. 119-145.